



Anais da Assembléia

N.º 120

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE SETEMBRO DE 1976.

ANO II

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 182ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 1976

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (40), achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Luiz Roberto Soares, Otássio Pereira e Rosário Pitelli (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto plenário, seja apreciado em REGIME DE URGÊNCIA o Projeto de Lei número 96/76, que integra no Plano Rodoviário Estadual em caráter prioritário, a retificação e pavimentação da estrada que liga a sede do município de Capitão Leônidas Marques e Boa Vista da Aparecida, incluindo a construção de uma ponte sobre o rio Baicuru ou Andrada.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Vigário SEVERO PREIMA, de Malé, ocorrido naquela cidade, tendo seu desaparecimento causado geral consternação na sociedade cristã, onde era bastante respeitado e benquisto, pois além de seu caráter íntegro participava de obras de caráter beneficente.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1976.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor JOSÉ TELLES, ocorrido na cidade de Castro.

GA, ocorrido na cidade de Castro.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor JOSÉ TELLES, ocorrido na cidade de Castro.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. HERÁCLIO DE CAMARGO, ex-Promotor Público, e pessoa de largo prestígio na cidade de Castro.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, a inserção nos Anais da Casa, de voto de regozijo pelo transcurso ontem do Sexto Aniversário de fundação do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

Iniciando seus trabalhos em 28 de setembro de 1970, o Tribunal de Alçada, mostrou a seguinte estatística de produção: até agosto deste ano, foram julgados 5399 recursos cíveis e 4858 criminais. Por conseguinte, entre 10293 feitos autuados na Secretaria do Tribunal, os Juízes julgaram 9793. O Tribunal conta atualmente com serviço de jurisprudência, tendo publicado o seu primeiro Ementário, referente às atividades judicantes desenvolvidas de 1970 a 1974, estando marcada a publicação de seu segundo Ementário para o próximo mês de outubro.

Não resta a menor dúvida de que desde sua fundação, o Tribunal de Alçada do Paraná, representa uma notável contribuição à justiça de segunda instância, pois imprimiu celeridade aos recursos cíveis e criminais, que passaram a ser de sua competência julgar.

Deve-se valer esta Assembléia, da oportunidade, por ocasião desta data significativa à Justiça paranaense, para manifestar também sua discordância em relação à extinção dos Tribunais de Alçada, preconizada na reforma judiciária, como preito de homenagem àqueles que, em tão pouco tempo, demonstraram inextinguível capacidade judicante e indiscutível operosidade de trabalho.

Pede-se, também, que da decisão do Plenário, se dê ciência ao egrégio Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1976.

(a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, pedindo providências urgentes para ser restabelecido o funcionamento normal do serviço telefônico na cidade de Santo Inácio.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1976.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer manifestação do Plenário para enviar voto de apoio ao projeto de lei do Senador Nelson Carneiro, que veda a pesca da baleia, pelo espaço de dez anos, em águas brasileiras como medida de preservar a espécie do cetáceo, ameaçado de extinção pela desenfreada e criminosa matança que se alastra por todo o mundo. Requer que da decisão dê-se ciência à Presidência da República e do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1976.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

O Senador Nelson Carneiro, ao propor tal projeto, visou como muitos técnicos e cientistas, criar condições de preservação das baleias, hoje em dia ameaçadas de total extermínio, face à desenfreada e indiscriminada matança que se procede em todos os quadrantes do globo. A baleia, senão a maior, mas um dos mais importantes animais marinhos e que serve como boa fonte de alimentação, está na iminência de desaparecer de nossos mares, se medidas como esta apontada pelo Senador fluminense não forem tomadas. O apoio de nosso Estado, ao projeto, revela a aceitação da idéia e a oportunidade de a mesma se transformar em lei. Daí uma manifestação pública deste Poder, a fim de que outras medidas no sentido de preservar o meio ambiente, não só sejam aceitas pela opinião pública, mas encontrem iniciativa da própria população, a mais interessada e também responsável pela defesa dos recursos naturais.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 107/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a dispensar do pagamento de juros e correção monetária os comerciantes em atraso com o ICM que saldarem os seus débitos no prazo de trinta (30) dias contados da vigência desta Lei.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1976.

(a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA:

Concedida a anistia pretendida pelo presente plano de lei, estará o Governador do Estado legando um grande benefício aos comerciantes que por quaisquer razões não puderam efetuar em dia o pagamento do ICM e que estão dispostos a fazê-lo dentro do prazo de trinta (30) dias. As retrações no sistema de financiamentos bancários apanharam grande parte de comerciantes desprevenidos, levando-os a se atrasarem no pagamento do ICM por falta de recursos financeiros e dificuldades de obterem empréstimos em outras fontes. Não se trata de beneficiar o comerciante relapso, e mau pagador. Nada disso. Trata-se disso sim, de, atento a fatores imprevistos, levar um apoio àqueles que passam por esta dificuldade e que se dispõem a resgatar os seus débitos.

PROJETO DE LEI N.º 108/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Não será cobrado qualquer acréscimo, a qualquer título, sobre as contas de fornecimento de água pela SANEPAR, não liquidadas no dia do vencimento.

Art. 2.º — A interrupção do fornecimento de água em virtude de falta de pagamento só ocorrerá após aviso formal ao usuário.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1976.

(a) OSVALDO MACEDO

JUSTIFICATIVA:

1 — Atualmente, as contas de fornecimento de água pela SANEPAR, não pagas no dia do vencimento, sofrem um ACRÉSCIMO DE 10 POR CENTO sobre o seu valor total, conforme autorização expressa do artigo 57 do Decreto 2.972, de 22 de dezembro de 1972, publicado no N. O. número 206, de 28.12.1972, que regulamentou o funcionamento da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Além desse acréscimo, estará o usuário impontual, sujeito à interrupção do abastecimento, e, nesse caso, responderá pela taxa de religação.

2 — Ocorre que esse acréscimo, cobrado a partir do dia seguinte ao vencimento, é abusivo. Tratar-se-ia de mora no pagamento e os juros de mora, permitidos legalmente, são de 0,5 por cento ao mês e, quando contratados, até um máximo de 1 por cento ao mês. Não é legal, portanto, uma cobrança de juros de 10 por cento por um dia, ou por um mês.

3 — Esta Assembléia tem inteira competência para legislar sobre a matéria, coibindo esse abuso, por força do que dispõe o Artigo 21, inciso IV, da Constituição do Estado.

PROJETO DE LEI N.º 109/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE FOZ DO IGUAÇU, com sede e foro naquela cidade.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Foz do Iguaçu, é uma entidade beneficente, que vem prestando assistência social e material a crianças desprovidas de recursos, em Foz do Iguaçu. Assistência esta efetivada através de serviços de berçário, creche, vestuário, de alimentação, cuidados médicos e orientação educacional; somente isso não bastasse, ainda assiste às mães dos menores matriculados na AMPI.

Senhores Deputados, uma entidade que se preocupa com tais problemas, sem dúvida alguma, é merecedora de nossas atenções, razão pela qual rogo vossa aprovação para o presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ainda recentemente aqui desta tribuna, tive oportunidade de fazer algumas considerações a propósito da proposta de reforma da Constituição Federal, visando alterar a estrutura do Poder Judiciário Nacional. No ensejo, havia fixado o entendimento de que, em linhas gerais, a reforma preconizada buscava alterar não somente a estrutura judiciária em segunda instância, fato esse que permitia concluir que a crise de primeira instância de sua arcaica forma, continuaria a persistir.

Mas também apontei como um dos defeitos que deveriam ser objeto de reapreciação pelo Ministro da Justiça, exatamente a emenda de 53, elaborado pelo Procurador Geral da República, que tem por escopo alterar a redação do artigo 144, parágrafo primeiro, alínea a, da Constituição Federal.

É que esse dispositivo da Constituição vigente, permite aos Tribunais de Justiça dos Estados, "criar Tribunais inferiores de segunda instância, com alçada em causas de valor limitado ou de espécies ou de umas e outras". Em outras palavras, esse dispositivo da Constituição Federal foi o que ensejou a criação dos diversos Tribunais de Alçada em quase todo o país.

Através a reforma judiciária se pretende a extinção desse tipo de órgão do Judiciário. E, por uma coincidência, no Estado do Paraná, em data de ontem, o Tribunal de Alçada daqui, comemorou o seu sexto aniversário de fundação. O Tribunal de Alçada do Paraná iniciou seus trabalhos em 28 de setembro de 1970. E só para demonstrar a operosidade e celeridade que os juízes deste Tribunal têm imprimido ao julgamento dos recursos de que têm imprimido ao julgamento dos recursos de que têm competência, desejo trazer ao conhecimento dos Srs. Deputados alguns dados estatísticos.

Até agosto deste ano, foram julgados no Tribunal de Alçada 5.399 recursos cíveis e 4.858 recursos criminais. Por conseguinte, entre 10.293 feitos autuados na Secretaria do Tribunal de Alçada, os juízes julgaram 9.793. É mais do que claro que esses dados estatísticos que não são forjados mas decorrem de operação aritmética normal, tendo em conta os processos que dão entrada e os que são julgados pelo Tribunal de Alçada, evidenciam mais do que qualquer outro fato, ou de qualquer dado, que essa proposta de extinção desse tipo órgão da Justiça vai criar na segunda instância um problema tão sério e um congestionamento tão agudo quanto os que se verificam hoje na primeira instância. Assim, como é válida a crítica que se possa fazer ao projeto de reforma, porque ele omite em toda sua extensão qualquer alteração na estrutura judiciária de primeira instância, também me parece absolutamente irrepreensível qualquer crítica que se faça em relação à extinção do Tribunal de Alçada.

Não há nenhuma justificativa plausível e mesmo a argumentação trazida pelo Procurador Geral da República ao propor a extinção do Tribunal de Alçada, não é de molde a convencer.

O simples fato de que o Tribunal de Alçada não estaria conexo ao Tribunal de Justiça nem sob o ponto de vista administrativo e nem sob o ponto de vista processual, não nos leva a crer que seja sequer justificável extingui-lo como a solução para o problema mais simples.

É por esta razão, que trouxe hoje à consideração deste Plenário, requerimento, através do qual proponho a aprovação de um voto de regozijo pelo transcurso, ontem, do sexto aniversário de fundação do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

Ao mesmo tempo faço constar de seu texto que a Assembleia Legislativa, nesta oportunidade, deve também, ao lado de todos aqueles que já o fizeram, como a Ordem dos Advogados do Brasil, e as diversas Associações de Magistrados do País, se manifestar contrária à extinção do Tribunal de Alçada.

Esta posição não é apenas com vistas a manter na estrutura do Poder Judiciário Nacional, em especial dos Estados, um órgão que tem se sobressaído pela sua atuação decisiva na Justiça de Segunda Instância. É, também, um preito de homenagem àqueles que, em tão pouco tempo, demonstraram inextinguível capacidade judicante e indiscutível operosidade de trabalho.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, segundo orador inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tendo estado em visita a alguns municípios que representamos nesta Casa Legislativa, é com justo orgulho que posso

hoje aqui comparecer para registrar a satisfação desses municípios, especialmente pela presença positiva do Governo do Estado através da realização de diversas obras.

Tanto é verdade, Sr. Presidente, que no Município de Alvorada do Sul, Município que há tantos anos acalenta o sonho de ter a ligação asfáltica com Santa Margarida, já pudemos observar que o serviço de terraplenagem da estrada Alvorada do Sul - Santa Margarida está em ritmo bastante adiantado, ocasião em que foi aberto o edital de concorrência para a pavimentação asfáltica daquele trecho.

Também a estrada asfaltada ligando os Municípios de Primeiro de Maio e Sertãoópolis, deverá ser concluída muito brevemente; está com suas obras bastante aceleradas, o que justifica a excelente imagem do nosso Governo, junto às populações daqueles Municípios, também por se tratar de um antigo anseio dos habitantes de Primeiro de Maio e Sertãoópolis.

Em Londrina pudemos presenciar nesse final de semana a assinatura do edital de concorrência para a construção do viaduto na "Celso Garcia Cid", um velho sonho dos universitários, uma vez que será o acesso para a Universidade Estadual de Londrina.

Verificamos, igualmente, em Londrina o início da construção de uma unidade escolar com oito salas de aula no Jardim Paraíso, um dos bairros mais populosos de nosso município; a contratação de uma unidade escolar com 10 salas de aula no Jardim Itamarati, também em Londrina, cuja obra será iniciada nos próximos dias, com trabalhos a serem executados pela Construtora Planalto Ltda.

Também o início da construção em Londrina da unidade escolar com oito salas de aula no Parque das Indústrias, através da RK Construção Civil Ltda. Início de construção pela Técnica Canadá, também em Londrina, de uma unidade escolar com dez salas de aula no Horto Florestal.

Estivemos também verificando a construção do novo prédio do Grupo Escolar Nilo Peçanha, na Vila Nova de Londrina, populosa vila daquele Município, cuja obra já atingiu mais de 20 por cento de construção numa área construída que deverá atingir a 1.700 metros quadrados.

A concorrência já realizada para reforma de prédios escolares no município de Londrina, Grupo Escolar Sagrada Família, Grupo Escolar Willie Davis, Grupo Escolar de Tamarana e Colégio Ginásio Antônio Moraes de Barros.

Os contratos, já fomos informados, deverão ser iniciados no próximo dia 8. Também o início da estrada ligando os municípios de Castro e Tibagi, outro anseio, outro sonho daquelas populações. No último domingo em Castro, inclusive, no distrito de Terra Nova, a inauguração de um Grupo Escolar construído dentro do atual plano do FAS pelo Governo do Paraná. E, nos próximos trinta dias, deverão estar sendo inaugurados também os grupos escolares nos distritos de Socavão e Serra do Apon.

Isso eu entendo, é a presença efetiva do Governo, e nestas condições, entendo também que não seja nem necessário que se façam considerações. Porque muito mais do que os comentários, a própria realização e a presença administrativa do Governo nos diversos municípios do Paraná, dizem bem de como tem sido o planejamento e a execução destas obras no atual Governo do Pr.

Era o registro que me parecia oportuno e plenamente justificado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Muggiati Filho) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, terceiro orador inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltei esta semana da região do Vale do Ivaí, onde está

em concentração política vários municípios daquela região, pode constatar o entusiasmo do povo daquela região, no apoio aos candidatos do nosso Partido, a ARENA.

Pude notar também, como o povo da região do Vale do Ivaí está entusiasmado pelo dinamismo de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, abrindo frente de obras em todos os setores, quer seja do setor rodoviário, com construção de pontes, do setor escolar, e isto nos surpreendeu, principalmente no município de São João do Ivaí, onde, na semana passada, nós pudemos verificar crítica formulada pelo Deputado Otássio Pereira em que dizia ter sido ameaçado naquele município, se lá voltasse a fazer comício, dizendo da necessidade de requerer segurança.

Deputado Otássio Pereira, que veio da cidade de Sertaneja, da mesma cidade que veio também o Prefeito e seus familiares daquele Município, quando o Deputado Otássio Pereira fazia um comício em Santa Luzia da Alvorada, criticando o Prefeito e Vereadores, o pai do eminente Deputado se encontrava na casa do irmão do Prefeito tomando café.

Se houve ameaça, talvez tenha sido do seu próprio pai, porque é amigo da família. De forma nenhuma os irmãos do Prefeito iriam ameaçar este Deputado pelo seu pronunciamento.

Quero dizer também do entusiasmo do povo daquela região por uma velha reivindicação formulada com referência à linha de ônibus. Finalmente torna-se realidade uma velha aspiração da população de Ivaiporã, e municípios circunvizinhos, de contar com transporte direto eficiente para a Capital do Estado. Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná vem de levar a efeito a concorrência pública com a finalidade de selecionar empresas transportadoras para a prestação daquele serviço público, através do Edital 01 76-DT.7, o órgão rodoviário licitou os serviços de transportes rodoviários de passageiros entre Ivaiporã-Curitiba, em viagens diretas visando a um maior conforto e segurança dos usuários.

Tomaram parte na licitação pública 4 empresas transportadoras. Entre as inscritas junto ao DER do Paraná, após um criterioso processamento e julgamento das propostas apresentadas, a Comissão encarregada dos trabalhos selecionou duas empresas para a execução dos serviços, consagrando-se vencedoras a Empresa Viação Garcia Limitada, Empresa Princesa do Ivaí, com sede na cidade de Jandaia do Sul, as quais serão as portadoras de transportes, dado o critério do edital em selecionar duas empresas que se credenciaram como as melhores. As demais empresas concorrentes foram: Expresso Nordeste, Expresso Princesa dos Campos, que se colocaram em terceiro e quarto lugar, respectivamente, e não lograram lugar na concessão de importante linha de transportes coletivos que servirá importantíssima região do Estado do Paraná.

Era a grande dificuldade que o povo daquela região de Ivaiporã encontrava para se deslocar a Curitiba, devendo ir a Ponta Grossa e fazer baldeação outra vez pela Princesa do Norte e chegar a Curitiba.

Hoje isto veio beneficiar não só o município de Ivaiporã, como todos os municípios daquela região, uma vez que a Princesa do Ivaí atende a maioria dos municípios do Vale do Ivaí.

Quero então, agradecer a S. Exa. o Sr. Secretário dos Transportes, por essa medida que beneficiou muito a minha região de Ivaiporã. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Muggiati Filho) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Egon Pudell, quarto orador inscrito.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): “Ao vir a esta tribuna quero trazer ao conhecimento dos meus pares nesta augusta Casa, o que tive a oportunidade de assistir e também de participar nos últimos dias, no Oeste do Paraná, precisamente na cidade de Toledo.

O que, em primeiro lugar, afetou a nossa sensibilidade, foi ao ver e sentir como o povo de minha terra se encontra irmanado com o Governo, com as causas do Governo, com a

posição do Governo em todas as áreas que são de interesse da coletividade. E, o que se nota de maneira singular nas próprias fisionomias de todos é aquela confiança de outrora.

Toledo teve a honra de receber e hospedar três ilustres Senadores, acompanhados pelo nosso ilustre Vice-Governador, Dr. Otávio Cesário, todos membros da Comissão de Finanças do Senado Federal que visitaram obras federais e estaduais, e sentiram a pujança do Oeste Paranaense, a sua importância no contexto da Nação brasileira.

E mais, em solenidade realizada no Clube do Comércio, foi feito o lançamento do Programa de Conservação de Solos, cujo programa, como o próprio nome identifica, tem uma significação e importância que foi muito bem traduzida pela manchete do jornal local: “Conservar a terra é guardar alimento para o futuro”. O município de Toledo é o único de nossa região, considerado como área prioritária para a execução da política conservacionista.

Toledo terá área preservada na ordem de cerca de 27.000 hectares. Os trabalhos são coordenados pela Acarpa - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná que encontrará no seu importante trabalho, a pesquisa, assistência, a técnica de mecanização, a união de propósitos do Governo com as entidades associativas, empresas privadas.

Prezados Deputados, bem se nota em todas as opções do Governo, o propósito nobre que tem por meta o fortalecimento do País através do sistema de ação rápida e eficiente, como este, o PNCS, isto é, PLANO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DO SOLO.

Muitos técnicos agrícolas, Engenheiros Agrônomos, agricultores, produtores, estiveram presentes no Clube do Comércio de Toledo, atentos às explanações sobre os objetivos do programa. Os técnicos da ACARPA vão introduzir práticas que possibilitarão o uso mais racional da terra, como fator de produção. E a nossa terra fértil deste País se tornará mais fértil ainda.

Srs. Deputados, tal prática significará o alimento garantido no futuro, para os nossos descendentes, para toda a nossa gente.

Deixo aqui patenteada e registrada nos Anais da Assembléia a minha admiração pessoal e o meu respeito ao eminente Secretário da Agricultura, Dr. Paulo Carneiro, que, com humildade, porém, com profundo conhecimento, tem conduzido galhardamente os negócios da Secretaria da Agricultura. O Dr. Paulo Carneiro já adquiriu a confiança de todos os paranaenses.

Ainda no dia 25 deste mês, outra solenidade igualmente expressiva e de grande satisfação para a cidade de Toledo, realizou-se no mesmo Clube do Comércio. O BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO esteve presente na pessoa do seu Diretor de Carteira de Projetos Cooperativos, Dr. Honório Petersen Hungria, assessorado pelos Diretores do Instituto de Orientação às Cooperativas do Paraná, na pessoa do Dr. Luiz Antonio Velozo de Souza, Delegado do BNH no Paraná. Presentes, igualmente, os Diretores dos Agentes Financeiros dos programas habitacionais. É que, nesta oportunidade, foram assinados contratos para a construção de mais um núcleo habitacional, compreendendo 295 habitações que terão de área de construção, desde 50 metros quadrados até 90 metros quadrados, contrato este no valor de cerca de 40 milhões de cruzeiros. Este foi o terceiro núcleo que o BNH financia em nossa cidade, além dos financiamentos das obras de infraestrutura. Em seguida, diversos oradores se fizeram ouvir enaltecendo o cunho humano e assistencial que representam os financiamentos destinados à casa própria, propiciados pelo Governo Federal, através do seu órgão executor, Banco Nacional de Habitação . . .”

O SR. PRESIDENTE — (Muggiati Filho) Esta Presidência previne o nobre Deputado que seu tempo está esgotado.

O SR. EGON PUDELL — “ . . . congratulando-se com a administração do Prefeito Wilson Kuhn, com os Diretores do INOCOOP e com a Cooperativa Habitacional. Falaram pelo

BNH e pelo INOCOOP os Srs. Honório Hungria e Otto Doetzer. E logo após, em solenidade simples, porém, revestida de muito calor humano, perante os associados da Cooperativa Habitacional, e autoridades, foram entregues os 54 apartamentos recentemente construídos, pelo mesmo sistema de financiamento.

Srs. Deputados, ao finalizar as minhas palavras desta tribuna, quero congratular-me com o Governo Federal, com o Governo do meu Estado e com o Prefeito do meu Município, pelo trabalho na consecução de uma obra tão nobre como é o de facultar a casa própria às famílias menos favorecidas. Srs. Deputados, nos conforta saber que este é o elevado procedimento do Governo Brasileiro em todos os recantos do País”.

O SR. PRESIDENTE — (Muggiati Filho) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, quinto orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tendo em vista a passagem da leitura do expediente, quero encaminhar à Mesa, requerimento pedindo regime de urgência ao Projeto de Lei de nossa autoria de número 96/76, que integra o Plano Rodoviário Estadual em caráter prioritário, a retificação e pavimentação da estrada que liga Capitão Leônidas Marques a Boa Vista da Aparecida, incluindo a construção da ponte sobre o Rio Andrada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a influência que exerce o poder econômico nos regimes para-liberais ou quase democráticos, impõe um entendimento de que os países adiantados, os países economicamente desenvolvidos, cuja renda não é racionalmente distribuída, criam obstáculos na própria dimensão humana, através dos seus organismos detém de todos os poderes de que dispõe a máquina administrativa estadual, e a máquina administrativa municipal.

Lançando mão da coragem do poder que ainda detem sobre a região Oeste do Paraná para buscar a garantia de vitórias eleitorais, esta máquina administrativa, fria, tão fria como o próprio Governo, não hesita em atropelos da pessoa humana, em massacre da sua dignidade, e busca a vitória, mesmo esmagando o ser humano. Esquece-se que a finalidade do Estado, do organismo jurídico-político, se prende à função maior que é estabelecer a respeitabilidade do Poder com a pessoa.

Em Cascavel, está acontecendo e eu queria registrar nesta Casa o lamento, o grito de dor, de quase desespero dos municípios, de quase todos os municípios do Oeste do Paraná, em que se disputam os pleitos para as Prefeituras Municipais e de modo específico, Cascavel, desprezada e sofrida até no seu próprio nome, sofre a voragem desse desespero que acarreta o desejo de vencer. As companhias concessionárias de serviços públicos, como a COPEL, a TELEPAR, distanciam da sensibilidade de atender os apelos que nós e outros Deputados daqui desta tribuna fizemos durante todo o transcurso de 1975, apressam-se agora em fazer os atendimentos políticos para poder exigir do eleitor o cumprimento da obrigação como eles entendem que deve ser contraído.

É lamentável que a COPEL não tenha se estruturado e é a primeira vez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que eu venho a esta Tribuna, não lamentar pelos atos que sempre achei que as empresas concessionárias de serviços públicos, pela dignidade que merecem ter os seus dirigentes, haveriam de estar imunes a estas injunções que a máquina administrativa, a ação do Governo exerce sobre as próprias administrações.

E começam agora a exercer o poderio para ver se ganham o pleito municipal. Gostaria que todos os anos houvesse eleições no Oeste do Paraná, porque só assim, quem sabe, aquele povo que botou por terra a mata virgem, e a voragem dos títulos frios de terra, quem sabe pudesse esperar uma ação mais digna de desenvolvimento e principalmente, de respeito à pessoa humana.

Deixo registrada esta passagem e este lamento que o povo da minha região pediu para registrar.

Não falo por mim, porque felizmente tenho recursos necessários e suficientes para suportar o peso desse embuste que se avoluma e se agiganta na minha região.

E deixo aqui, aos meus companheiros de bancada, o testemunho e a fé de que o nosso Partido vencerá na maior parte dos municípios da minha região.

Aproveito esta mesma oportunidade, porque pode ocorrer que outras vezes não poderei tê-la para falar aqui desta tribuna, para prestar uma homenagem a uma das engrenagens da máquina Judiciária, que é o Tribunal de Alçada, este Tribunal que está sendo ameaçado de ser banido da Organização da Justiça, para tributar a ela, a esta parcela do Tribunal ou da máquina Judiciária Paranaense.....

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho) — Esta Presidência comunica a V. Exa. que o seu tempo está esgotado e lhe concede mais alguns minutos para concluir.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Prestar uma homenagem, dizia eu, ao Tribunal de Alçada, porque completa mais um ano de existência.

E aqui fica todo o reconhecimento dos serviços e dos grandes serviços que tem prestado, não só à causa da Justiça, mas à própria estabilidade da trilogia de Poderes.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, sexto orador inscrito.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, quero solidarizar-me com o Deputado Fidelcino Tolentino, com relação ao Tribunal de Alçada.

E, em segundo lugar, quero parabenizar os órgãos governamentais, que por dedução do pronunciamento do nobre Deputado de Cascavel, vêm desempenhando o seu trabalho no setor de energia elétrica, no setor de saneamento básico água e esgoto, e nos demais setores da atividade pública naquela região, porque daquele que reconheço, não por ser militante nas urnas da região de Cascavel, mas por respeitar a opinião do nobre Deputado Fidelcino Tolentino como um dos grandes líderes da oposição daquela região, senti da veracidade e da profundidade das palavras do nobre Deputado, dizendo que essa avalanche de obras que o Governo vem executando, próximo das eleições, vem prejudicando, naturalmente, o desempenho da Oposição, que tem como bandeira, a crítica ao Governo; a crítica ao Partido Situacionista.

Ora, vejam os Srs. prezados Deputados, quantas vezes desta tribuna nós escutamos este ilustre parlamentar e tantos outros, reclamando da falta de atividade do Governo.

Quantas vezes, nós ouvimos e presenciamos comícios, do MDB da nossa região.

Críticas, em torno de obras que deveriam ser feitas ontem, hoje, ou anunciadas para o amanhã.

É sempre esta, a bandeira de luta da Oposição. E hoje, para gáudio nosso, vemos modificada a bandeira da Oposição do Paraná.

Já não mais reivindicam os emedebistas às portas das urnas, obras para a sua região, e sim, vêm de criticar o excesso de zelo do Governo, e o excesso de atividade da máquina administrativa, que está impedindo o bom desenvolvimento da campanha oposicionista.

Então, nesta tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é tarde de gáudio, é festiva para os arenistas e, principalmente para o povo do Paraná, e que deve receber “Sim” da tribuna da Assembléia, daqueles que representam o povo, um grande e sincero agradecimento ao Executivo do nosso Estado e ao Partido Situa-

cionista, que caminha solenemente para a vitória das urnas, em XV de Novembro.

Muito Obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho) — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao nobre Deputado Nilso Sguarezi. (Pausa) Estando ausente o Deputado Nilso Sguarezi, concedo a palavra às Liderança do MDB.

O SR. TRAJANO BASTOS — Eu declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho) — Liderança da ARENA.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, o horário da Liderança da ARENA será ocupado pelo Deputado Accioly Neto, que deve ser chamado.

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho) — Concedo a palavra, para ocupar o horário reservado à Liderança da ARENA, ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tem sido um princípio histórico de que a verdade acaba por triunfar.

Antigamente, o triunfo da verdade levava algum tempo para ser obtido.

A era moderna, todavia, talvez em função do avanço dos meios tecnológicos, permite que, em menos de 30 dias, se desmascare a perfídia cometida contra o homem de bem.

E hoje, satisfeito, profundamente orgulhoso, assumi esta tribuna.

Sabia, há 30 dias atrás, que eu tinha razão.

Sabia, nesse mesmo espaço de tempo, que a verdade acabaria por triunfar, ainda que homens temerários se abalançassem em imputar a um homem honrado uma conduta tipificada no Código Penal como crime de homicídio, na sua forma tentada.

E hoje, com uma satisfação invulgar, volto à mesma tribuna, de novo, onde por duas vezes, já defendi a honrabilidade e respeitabilidade do cidadão chamado Alfeu Teodoro de Oliveira.

Se me perguntassem porquê essa satisfação, tenho que lembrar palavras que aqui proferi, especialmente no dia 15 de setembro, deste ano, quando procurei mostrar, que me relação do fato ilícito que se praticou na pessoa do candidato do M.D.B. à Prefeitura de Janiópolis, jamais se poderia imputá-lo a Alfeu Teodoro de Oliveira.

Na oportunidade, fui contestado.

Falaram daqui alguns homens de responsabilidade. Deputados Federais e até um Senador, se abalançassem em levar a público, na austeridade do Senado e na egrégia Câmara dos Deputados, os fatos que, na verdade, hoje sabemos, não correspondem à realidade.

A 15 de setembro, eu disse, desta tribuna, que, em relação à tentativa de homicídio na pessoa de Antônio Ferreira Dandi, não se poderia, desde logo, afirmar que, por trás disso, como mandante, e portanto co-autor, estivesse Alfeu Teodoro de Oliveira.

E me perguntava, e perguntava àqueles que o denunciaram, como se donos da verdade fossem, exatamente o seguinte: "Neste caso ocorrido ontem, não se sabe que razões levaram o desconhecido que efetuou o disparo de arma de fogo a praticar o ato."

Será vingança, crime passional, cobrança de dívida, até inveja, ou qualquer outro problema de todos nós, aqui, desconhecido?

E hoje, Srs. Deputados, não só se mostra a inverdade da acusação.

Mas, embora não fosse um pitonisa, eu já apontava, naquele dia uma das prováveis causas que levaram o desconhecido a praticar o ato ilícito.

E aqui está a prova: "Folha de Londrina", edição de

ontem, página 8, título: "Apresentou-se, ontem, homem que tentou assassinar candidato do M.D.B."

Confessando ser o autor do atentado contra Antônio Ferreira Dandi, candidato do MDB à Prefeitura de Janiópolis, Walfrido Ramiro (que era o desconhecido) apresentou-se à delegacia local, no último dia 22, acompanhado de seu advogado.

Foi lavrado termo de apresentação espontânea e o inquérito presidido pelo Delegado especial Boris Bardal (que eu na época requeri), foi encaminhado ao Juiz da Comarca de Campo Mourão na tarde de ontem.

Walfrido Ramiro assumiu a responsabilidade dos disparos contra o candidato opositor à Prefeitura de Janiópolis, fato ocorrido na noite do último dia 14, quando Dandi estava conversando com correligionários no jardim de sua residência.

Dos três disparos somente 1 atingiu o político que está fora de perigo.

No depoimento o agressor afirmou que o atentado não teve vínculo político.

Segundo ele há cerca de três meses, sua amásia Júlia Breginski estava esperando o ônibus para Janiópolis na saída de Campo Mourão, quando Antônio Dandi passou pelo local e ofereceu carona.

Reconhecendo o candidato, a mulher aceitou e durante a viagem começou a ser cortejada e receber propostas para manter relações sexuais quando ameaçou pular fora do veículo.

Vendo a decisão de Júlia, Dandi teria parado o carro e deixado a mulher na estrada esperando o ônibus.

Ao visitar a amásia dias depois, Walfrido Ramiro foi informado do que ocorrera e segundo o depoimento, prometeu matar Antônio Dandi.

Desde aquela época começou a seguir a vítima.

No dia 14, por volta de 22,30, estava com José Breginski, irmão de Júlia, quando ao se dirigir para a cancha de bocha, avistou Dandi.

Foi com José até à cancha e voltou sozinho para cometer o atentado".

O Sr. Lineu Turra — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

V. Exa. não acha que pode ser forjado também esse depoimento?

Tanto mais que, veja V. Exa. agora que se aproximam as eleições, um ressentimento de três meses, já ocorrido, quando a vítima poderia, de imediato, naturalmente no calor da emoção por ter sabido que sua companheira havia sido afrontada por um cidadão, de imediato, naturalmente, ele seria tomado de revolta e iria tomar satisfação.

Mas, só nas proximidades de uma eleição, no calor de uma campanha eleitoral é que isso ocorre.

Portanto, as declarações do acusado aí, se não foram forjadas, deixam bastante dúvidas.

O SR. ACCIOLY NETO — O que deixa dúvida é o aparte de V. Exa., esta é a verdade.

Em primeiro lugar, não faz tanto tempo. Faz menos de 30 dias, e, em segundo lugar, observa-se, pelo depoimento prestado, que a carona foi dada em época pré-eleitoral.

Poderia ter sido dada há um ano atrás, mas o foi agora.

Quanto a ser forjado, está forjada também a denúncia contra o Sr. Alfeu.

Agora, quanto ao autor do atentado, já há prova e está no inquérito e que eu terei oportunidade de trazer a esta Casa, para ficar constando dos Anais, para que, da próxima vez, aqui desta tribuna, quando alguém apontar o dedo em riste para querer imputar a Alfeu Teodoro, prática de ato ilícito, o faça com provas cabais e indiscutíveis, coisa que não foi feita.

O Sr. Hélio Manfrinato — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ACCIOLY NETO — Com muita honra, Sr. Deputado, aliás, é a primeira vez e isso engrandece meu discurso.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Obrigado. Conhecedor de teoria jurídica, o que lhe é peculiar na prática, vejo a sua defesa, na realidade, muito bem feita.

Mas, V. Exa., deve se lembrar que em 1973, quando este mesmo Prefeito também agrediu, num crime que podemos chamar de passional, até saiu na imprensa, foi falado em todos os recantos, em Janiópolis, Campo Mourão, etc... e o M.D.B. não acusou ninguém desta tribuna.

Vejo, com a firmeza de V. Exa. que, a esta altura, não dá para defender nenhum dos dois, porque ambos têm culpa, em alguma coisa.

O atual Prefeito foi excomungado até pelo Padre daquele município, ocorrência essa que vários Srs. Deputados têm conhecimento.

No entanto, apesar de tudo isto, vejo V. Exa., com tanta responsabilidade, defender um cidadão que praticou o mesmo crime que ora se acusa o mandatário ou o mandante, porque ninguém pode ter conhecimento da verdade.

Os jornais publicaram, naturalmente, aquilo que o advogado interessado no assunto, em sua nora, os informou.

Nesta altura, Sr. Deputado, acho que esta defesa é muito boa, mas os dois devem crime e compromisso perante o povo e a Justiça.

O SR. ACCIOLY NETO — Acho que V. Exa., também, está equivocado. É fácil de perceber o equívoco. V. Exa., Acadêmico de Direito, mas já com várias luzes sobre diversas matérias deveria saber que ninguém é culpado se não se prova definitivamente a sua culpa e mais do que isto, processualmente é indispensável que haja trânsito em definitivo da sentença condenatória.

O fato a que V. Exa. se refere de 1973, não só não ficou comprovado como, também, não houve sequer denúncia do Ministério Público porque não encontrou nos autos do Inquérito Policial, forjado politicamente, nenhum indício, nenhum elemento idôneo que comprovasse a participação de Alfeu Teodoro de Oliveira no ilícito de corrupção de menores, que é o que V. Exa. pretende se referir.

Quanto à excomunicação desconheço tal fato. V. Exa. teria que provar que o Papa por um ato unilateral, que aliás é de sua competência, resolveu excomungar Alfeu Teodoro de Oliveira.

Parece-me, no entanto, que o Papa Paulo VI, anda tão preocupado ultimamente com os problemas da Igreja Católica, notadamente com aquele Arcebispo francês Lefèbvre, que não teria tempo sequer para pensar em Alfeu Teodoro de Oliveira no Município de Janiópolis no Paraná.

V. Exa. quer ver uma prova maior? Ainda recentemente quem excomungou os autores do seqüestro do Arcebispo do Estado do Rio de Janeiro foi a própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

O Papa não tomou conhecimento do fato.

Então, hoje em dia, o ato de excomungar se tornou uma rotina, que não é mais atribuição exclusiva do Papa.

Qualquer autoridade eclesiástica, com competência deferida por bula papal, poderá fazê-lo.

O equívoco de V. Exa., então, é em duplo aspecto.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Com revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho) Está encerrada a Hora do Expediente

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente. Necessita de apoio-

mento. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 149/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 298/76, Mensagem 72/76, do Poder Executivo, que aprova convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-SUDESUL, o Estado do Paraná e a Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social-IPARDES, com os objetivos que especifica. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 154/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 316/76, Mensagem 90/76, do Poder Executivo, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de MANDAGUARI, objetivando reparos no prédio onde funciona o COLÉGIO ESTADUAL "VERA CRUZ", do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 155/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 321/76, Mensagem 90/76, do Poder Executivo, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de CÂNDIDO DE ABREU, objetivando reparos nos prédios onde funcionam CASAS ESCOLARES, dos Distritos que especifica, daquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 156/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 322/76, Mensagem 90/76, do Poder Executivo, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de CASTRO, objetivando reparos no prédio onde funciona o EDUCANDÁRIO MANOEL RIBAS, da sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 157/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 323/76, Mensagem 90/76, do Poder Executivo, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de FAXINAL, obtivendo reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR AUGUSTO BAHLS, do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 158/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 327/76, Mensagem 90/76, do Poder Executivo, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de SANTA CECÍLIA, objetivando reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR DEOLINDO CORREIA DE MELLE e o GI-NÁSIO ESTADUAL JERÔNIMO FARIAS MARTINS. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 159/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 331/76, Mensagem 90/76, do Poder Executivo, que aprova convênio

celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de TERRA ROXA, objetivando reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR CASTRO ALVES e o POSTO DE SAÚDE. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 160/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 198/76, Mensagem 58/76, do Poder Executivo, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de TAPEJARA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 161/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 222/76, Mensagem 70/76, do Poder Executivo, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de TUNEIRAS DO OESTE, objetivando fornecimento de equipamentos para a DELEGACIA DE POLÍCIA local, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 162/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 255/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de ANTONINA, objetivando reparos no prédio onde funciona o COLÉGIO ESTADUAL VALLE PORTO, do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 163/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 226/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova convênio celebrado entre o Governo de ASSAÍ, objetivando reparos em próprios estaduais naquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 165/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 233/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de FÊNIX, objetivando reparos em próprios estaduais naquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 166/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 235/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de JAPURÁ, objetivando reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR RUI BARBOSA e o GRUPO ESCOLAR "MARECHAL CÂNDIDO RONDON", da sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 167/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 243/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de PORECATU, objetivando reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL PROFESSOR MALVINO DE OLIVEIRA, da sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por una-

nimidade.— Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 167/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.^o - Fica aprovado o Convênio celebrado em 19 de abril de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Porecatu, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Professor Malvino de Oliveira, da sede do referido Município.

Art. 2.^o - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto Presidente; Ivan Rüppel, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO NÚMERO 243/76.

I - Através de Mensagem o Chefe do Poder Executivo encaminha a esta Assembléia Legislativa, em obediência a preceitos constitucionais, cópia autêntica do convênio celebrado entre o Estado do Paraná, e o Município de Porecatu, visando a execução de reparos em próprios estaduais, naquele município.

II - Conforme dispositivos constitucionais, é da exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo, celebrar convênios com a União, com os Estados e Municípios, ad referendum da Assembléia Legislativa.

III - Face ao exposto, somos favoráveis ao plano de lei, respeitados os termos do Projeto de Resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ivan Rüppel, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 168/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 247/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, objetivando reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR "MACHADO DE ASSIS", na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 168/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.^o - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 24 de março de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Machado de Assis", na sede do referido Município.

Art. 2.^o - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO NÚMERO 247/76.

Acompanhado da Mensagem Governamental 68/76, de 13 de julho de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de convênio celebrado em 24 de março de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ,—

objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Machado de Assis".

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, nos termos do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 169/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 248/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de SÃO JOÃO, objetivando reparos em próprios estaduais naquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 169/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.^o - Fica aprovado o Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de São João, objetivando execução de reparos em próprios Estaduais naquela comuna.

Art. 2.^o - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO NÚMERO 248/76.

Acompanhado da Mensagem Governamental 68/76, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de São João, objetivando execução de reparos em próprios Estaduais naquela comuna.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 170/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 249/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, objetivando reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR D. MARIA IZABEL GUIMARÃES e a DELEGACIA DE POLÍCIA, do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 170/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.^o - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de março de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Adminis-

tração, com o município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar D. Maria Izabel Guimarães e a Delegacia de Polícia, do referido município.

Art. 2.^o - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO NÚMERO 249/76.

A presente Proposição 249/76, oriunda da Mensagem Governamental 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo ad-referendum deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 171/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 252/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de UMUARAMA, objetivando reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR DE UMUARAMA, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 171/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.^o - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de março de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de UMUARAMA, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar de Umuarama, na sede do referido município.

Art. 2.^o - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO NÚMERO 252/76.

Acompanhado da Mensagem Governamental desta Casa, de 13 de julho de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 23 de março de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de UMUARAMA, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar de Umuarama.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, neces-

sitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 172/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 257/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ARAPOTI, objetivando execução de reparos em próprios do Estado, naquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 172/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.^o — Fixa aprovado o convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Arapoti, objetivando execução de reparos em próprios do Estado, naquela comuna.

Art. 2.^o — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 257/76

Acompanhado de Mensagem Governamental número 68/76, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Arapoti, objetivando execução de reparos em próprios do Estado naquela comuna.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 162/75, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que integra no Plano Estadual, em caráter prioritário, retificação e pavimentação da estrada CÉU AZUL, VERA CRUZ, DIAMANTE D'OESTE e SANTA HELENA. Pareceres CONTRÁRIO da C.C.J., favorável da C.F., e CONTRÁRIO pelo Arquivamento da C.O.P.T.C., por unanimidade.

PROJETO DE LEI N.º 162/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.^o — fica incluída no Plano Rodoviário Estadual, para execução em caráter prioritário, a retificação e pavimentação da estrada que liga a cidade de Céu Azul e Santa Helena, passando por Vera Cruz e Diamante D'Oeste.

Art. 2.^o — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1975.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

A região onde estão situadas as cidades de Céu Azul, Vera Cruz, Diamante D'Oeste e Santa Helena, tem na agricul-

tura e na pecuária, seus sustentáculos econômicos.

O transporte do gado e dos produtos agrícolas, tais como o soja, arroz, feijão, milho, trigo e outros, é procedido através da rodovia que se pretende incluir no Plano Rodoviário Estadual, em caráter prioritário, para ser retificada e pavimentada.

O desenvolvimento do Oeste-paranaense, é uma realidade que não pode ser ignorada pelas autoridades, pois o Paraná cresce hoje de forma progressiva graças ao potencial econômico que se implantou ali por obra do pioneirismo encorajado daquele povo.

Proporcionando melhores condições às estradas de que se servem os citados municípios, e distritos, para o escoamento de suas safras, o Estado estará investindo a curto prazo, capacitando ainda o próprio tesouro para novas inversões públicas, o que qualifica o Governo de modo plural e projeta a consolidação de uma nova filosofia que será indubitavelmente reconhecida por todos.

Outrossim, a influência direta da Usina de Itaipu, incontestavelmente está a exigir a presença agressiva e imediata de um programa governamental eficiente e capaz de responder ao chamamento da iniciativa privada decorrente dessa grande usina. além dos fatores normais que propulsionam a crescente renda "per capita" regional derivada das atividades da lavoura, pecuária e indústrias.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO LEI 162/75

1. O nobre Deputado Fidelcino Tolentino, com o presente Projeto de Lei, visa determinar a inclusão no Plano Rodoviário Estadual, para execução em caráter prioritário, a retificação e pavimentação da estrada que liga a cidade de Céu Azul a Santa Helena, passando por Vera Cruz e Diamante do Oeste.

2. A justificação que acompanha o plano de lei em exame demonstra a necessidade da obra pretendida, nos convencendo plenamente de que se trata, realmente, de uma estrada de grande importância para o setor agro-pecuário daquela região.

3. A Constituição Estadual dispõe:

"Art. 35 — É da competência do Poder Executivo A INICIATIVA DAS LEIS orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenções, auxílio, OU, DE QUALQUER MODO, AUTORIZEM, CRIEM OU AUMENTEM A DESPESA PÚBLICA".

4. Daí verificamos que o projeto em tela, embora a sua conveniência e até mesmo a sua importância, não pode prosperar dado o vício insanável de sua origem. É ele, irremediavelmente, inconstitucional. Contraria frontalmente disposição expressa da nossa Carta Estadual.

A simples inclusão no Plano Rodoviário Estadual de obra que não as programadas e delineadas pelo Poder Executivo, importa "de qualquer modo" na autorização ou aumento da despesa pública.

5. A Assembléia acabou de apreciar o Orçamento Plurianual de Investimentos, no qual são destinados recursos da ordem de 6,2 bilhões de cruzeiros, para serem aplicados no período 1976, 1977 e 1978, no setor TRANSPORTES, objetivando a implementação das obras destinadas à integração das várias regiões aos corredores de exportação e à complementação das ligações inter-regionais e inter-municipais por meio de estradas alimentadoras, demonstrada no documento OBJETIVOS E METAS DE DESENVOLVIMENTO (pg. 44) do Projeto de Orçamento Plurianual.

6. Daí entendermos que qualquer inclusão de outra obra no plano já previsto e elaborado pelo Poder Executivo é de sua competência privativa, pois a medida que assim pretender estará colidindo com o dispositivo constitucional que reserva ao Governador do Estado a iniciativa de leis dessa natureza.

Qualquer alteração possível deveria ser feita através de me-

didadas de outra ordem na esfera legislativa.

Nessas condições o nosso parecer é pela REJEIÇÃO do Projeto, por INCONSTITUCIONAL.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO PARECER AO PROJETO DE LEI 162/75

Visando, tão somente, uma retificação pela qual o Estado irá atender a justa e real reivindicação das comunidades de Céu Azul, Santa Helena, Diamante do Oeste e Vera Cruz, o presente Projeto de Lei número 162/75, de autoria do ilustre Deputado Fidelcino Tolentino, merece ser aprovado, pois além de atender os reclamos, daria ao Estado um melhor traçado, a estrada entre Céu Azul e Santa Helena.

Somos pela aprovação do presente Projeto, pelos motivos expostos.

Sala das Comissões, em 22 de março de 1975.

(aa) Quilse Crisóstomo, Presidente; Luiz Carlos Zuk, Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO PARECER AO PROJETO DE LEI 162/75

As comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento, rejeitaram o anteprojeto ora em exame.

Entretanto, em que pesem aqueles pronunciamentos contrários, entendemos ser válida a proposição, uma vez que a estrada cuja retificação e melhoria é pretendida — CÉU AZUL a SANTA HELENA — é intermunicipal.

Além do mais, a estrada em tela serve regiões importantes do Estado, em franco desenvolvimento e com necessidade de ligação rodoviária condizente para o escoamento rápido de suas riquezas.

Assim, face à natureza da estrada — intermunicipal — a responsabilidade de sua construção e manutenção é da competência do Governo do Estado, pela sua importância na economia estadual.

Tanto é verdade que o próprio Governo do Estado, segundo se tem conhecimento, determinou fosse o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná incumbido dessa providência, tendo, inclusive, aberto concorrência pública para atender tão importante reivindicação.

Assim, em virtude da posição do Governo do Estado, no que diz respeito à matéria em pauta, entendemos estar a proposição do ilustre Deputado Fidelcino Tolentino, prejudicada razão porque opinamos pelo arquivamento do processo, por falta de objeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de agosto de 1976.

(aa) Alfredo Gulin, Presidente; David Federmann, Relator.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei queiram se levantar — REJEITADO.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, requeiro a V. Exa., verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Muggiati Filho) Deferido. Verificação de votação do projeto de Lei 162/75. Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram se levantar. Seis Srs. Deputados aprovam o Projeto. Os Srs. Deputados que rejeitam o Projeto, queiram se levantar — Sete Srs. Deputados rejeitam o Projeto. Não há quorum para votação e nem para o prosseguimento da sessão.

Nestas condições, o Sr. Presidente encerra a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 162/75.

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de resolução 160/76, 161/76, 162/76, 163/76, 165/76 e 166/76.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 167/76, 168/76, 169/76, 170/76, 171/76 e 172/76.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 173/76, 174/76, 175/76, 176/76, 177/76 e 178/76,

marcando ainda uma sessão para sexta-feira, dia 01 de outubro, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução números 104/76, 107/76, 108/76, 109/76, 110/76, 111/76, 112/76, 113/76, 114/76, 115/76, 116/76 e 117/76.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIA NÚMERO 530/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8411, de 27 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a HUGO GABARDO, matrícula n.º 527, ocupante do cargo de nível PL“23”, da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1976, a partir de 04 de outubro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 531/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8345, de 22 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir as férias concedidas pela Portaria n.º 2/76, a NEOMILTA SANTI SCHEFFEL, funcionária Contratada deste Poder, para o período compreendido entre 3 a 28 de maio de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 532/76.

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8365, de 24 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 1/76, ao funcionário LEONILDO MARCHIORO, matrícula n.º 376, ocupante do cargo de nível PL“21”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 533/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do

processo protocolado sob o n.º 8361, de 23 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:
transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 1/76, concedidas aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

CARLOS EDUARDO JUNG

Mat. n.º 492 – OL PL “23”

LAURO ALCANTARA MARTINS

Mat. n.º 126 – OL PL “23”

MOYSES ABDALA MAGALHÃES

Mat. n.º 316 – OA PL “23”

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 534/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8394, de 24 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 1/76, aos funcionários abaixo relacionados, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

MARIA DOLORES TULIO BARVIK

Mat. n.º 218 – Aux. Leg. PL “17”

FRANCISCO DRANKA

Mat. n.º 066 – Aux. Téc. PL “29”

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 529/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8284, de 22 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a JOÃO MARTINS SOBRINHO, matrícula número 382, ocupante do cargo de nível PL “17”, da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1976, a partir de 1.º de outubro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 594/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7853, de 03 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

designar, CARLOS DOUGLAS BUROWSKI, matrícula n.º 386, ocupante do cargo de nível PL “30”, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Chefe de Gabinete da 2.ª Secretaria, em Comissão, símbolo 1-C, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, enquanto perdurar o afastamento do titular, no período compreendido entre 1.º a 30 de setembro de 1976.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 27 de setembro de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 595/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7853, de 03 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

designar, ATTILIO PEREIRA DE LIMA, matrícula n.º 478, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Assessor de Gabinete da 2.ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, enquanto perdurar o afastamento do titular, no período entre 1.º a 30 de setembro de 1976.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 27 de setembro de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 596/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7853, de 03 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

designar, ORLANDO SABOTTO, matrícula n.º 591, ocupante do cargo de nível PL “18”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Oficial de Gabinete da 2.ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, enquanto perdurar o afastamento do titular, no período compreendido entre 1.º a 30 de setembro de 1976.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 27 de setembro de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário